



**RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA NA  
CONFERÊNCIA INTERPARLAMENTAR SOBRE A POLÍTICA EXTERNA E DE  
SEGURANÇA COMUM E POLÍTICA COMUM DE SEGURANÇA E DEFESA**

**2 e 3 de março de 2023**

Delegação (composição):

- Deputado António Sales (GP PS) - Chefe da delegação e membro da Comissão de Assuntos Europeus
- Deputado Miguel Iglésias (GP PS) - membro da Comissão de Assuntos Europeus
- Deputado Francisco César (GP PS) - membro da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas
- Deputado Ricardo Sousa (GP PSD) - membro da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas
- Deputado Miguel dos Santos Rodrigues (GP PS) - membro da Comissão de Defesa Nacional
- Deputado Jorge Paulo Oliveira (GP PSD) - membro da Comissão de Defesa Nacional

A assessoria foi prestada por Elodie Rocha, Assessora da Comissão de Assuntos Europeus, e Catarina Ribeiro Lopes, Representante da AR junto das instituições da UE.

Da agenda da conferência, constavam os seguintes pontos:

**Sessão de Abertura**

**Andreas Norlén**, Presidente do Parlamento sueco, iniciou a sessão dando as boas-vindas a todos os participantes, manifestou a sua solidariedade com a Turquia e a Síria na sequência dos terremotos devastadores que ocorreram na região e lembrou o papel desempenhado pelos Parlamentos nacionais na defesa e promoção dos valores europeus. **David McAllister**, Presidente da Comissão de Assuntos Externos do Parlamento Europeu, referiu que o início da agressão russa contra a Ucrânia, a 24 de fevereiro de 2022, originou diversas alterações geopolíticas, representando um enorme desafio para a política comum de segurança e defesa (PCSD) da União Europeia (UE) nos próximos anos e apontou as vantagens da adesão da Suécia e da Finlândia à NATO, da adesão da Dinamarca à política comum de segurança e defesa da UE, referindo, por fim, a aprovação da Bússola Estratégica da UE e o papel dos Parlamentos nacionais na



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus  
Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas  
Comissão de Defesa Nacional

sua implementação. **Aron Emilsson**, Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros do Parlamento sueco, informou sobre algumas questões práticas da organização dos trabalhos e o período de debate.

### **Sessão I: A Agressão russa contra a Ucrânia**

**Johan Forsell**, Ministro para a Cooperação e Desenvolvimento Internacional e Comércio Externo da Suécia, começou por salientar que a invasão russa da Ucrânia corresponde a um ataque à ordem securitária estabelecida após a II Guerra Mundial e aos valores e princípios comuns que constituem a base das democracias livres e das sociedades abertas, sublinhando que a manutenção e o reforço do apoio à Ucrânia é uma prioridade da Suécia, tanto bilateralmente como no âmbito da Presidência sueca do Conselho da UE. Relembrou que este apoio inclui dez pacotes de sanções e o isolamento da Rússia, o estatuto de candidato da Ucrânia à UE, o desenvolvimento de reformas e a sua reconstrução, felicitando pela iniciativa da conferência de doadores, pela unidade transatlântica e o apoio prestado por parceiros como os E.U.A, Canadá e Japão. Sublinhou ainda o dever especial que recai sobre a UE de manter o apoio à Ucrânia, na medida do possível, para alcançar a paz, pugnar pela responsabilização, pela recuperação e reconstrução da Ucrânia numa nação próspera e europeia.

**Andrii Plakhotnuik**, Embaixador da Ucrânia na Suécia, expressou a sua gratidão pelo apoio prestado por todos os Estados-Membros à Ucrânia no último ano, realçando a importância deste para a vitória dos valores e princípios da democracia, agradecendo ainda o acolhimento temporário de refugiados ucranianos. Referindo-se à atual situação que se vive na Ucrânia, mencionou a forte pressão militar sentida em Donbass, com bombardeamentos diários a infraestruturas críticas e a zonas residenciais em Zaporijia e Quérson, alertou para a falta de intenção dos russos de iniciar negociações de paz, e deu nota do plano de paz apresentado pelo Presidente Zelensky na reunião do G20, apoiada pela resolução de 23 de fevereiro de 2023 da Assembleia Geral das Nações Unidas. Salientando a necessidade de manter os esforços e a unidade da assistência, apontou as dificuldades sentidas, no campo de batalha, a nível económico e na satisfação das necessidades básicas da população. Frisando novamente a importância do apoio da comunidade internacional na recuperação e restauração das infraestruturas críticas severamente danificadas, reiterou o empenho do povo ucraniano na adesão à



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus  
Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas  
Comissão de Defesa Nacional

UE, recordando o papel dos Parlamentos nacionais dos Estados-Membros na implementação das medidas de apoio à Ucrânia, com ênfase no mecanismo de sanções, na responsabilização internacional com a criação de tribunal internacional especial, no apoio à sua adesão à UE e ao plano de paz, assim como na reconstrução do país, que não deve esperar pelo fim do conflito. Terminou renovando a sua gratidão por todo apoio prestado e expressando que continuarão a combater.

**Carolina Vendil Pallin**, Diretora-Adjunta de Investigação da Agência sueca de Investigação de Defesa, apresentou uma análise sobre a posição da Rússia, referindo três pontos essenciais: *i)* os objetivos russos neste conflito permanecem inalterados e consistem primordialmente no controlo político da Ucrânia, com vista a afastar o ocidente, e em particular a NATO na Europa, prejudicando assim a ligação transatlântica; *ii)* tem-se assistido a uma militarização da sociedade russa, com a mobilização de soldados, a reintrodução da educação militar nas escolas e uma forte propaganda de guerra, com enfoque na operação especial militar; *iii)* a Rússia encontra-se em guerra com o Ocidente na Ucrânia, com os valores que representam. Concluiu alertando que estes dois polos não podiam ser mais distintos, tal como os riscos neste conflito são maiores.

Seguiu-se o período de debate, onde foram abordados temas como a importância de adotar uma resposta estratégica e unida da UE à agressão da Rússia contra a Ucrânia de forma a defender e promover os valores europeus, acelerando, nomeadamente, o processo de adesão da Ucrânia à UE, e a importância da sua reconstrução, da punição pelos crimes de guerra e a definição de compensações, tendo sido salientada a ajuda militar prestada através do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz e a necessidade de reforçar o fornecimento de meios de combate, com destaque para a aquisição conjunta de munições e o papel dos Parlamentos nacionais na implementação das medidas de apoio. Foi feito um apelo ao reconhecimento do grupo Wagner como grupo terrorista e o papel da Rússia como promotora, tendo sido realçada a importância de criar centros médicos de apoio social e psicológico face à violência contra mulheres e crianças, e de reforçar a monitorização, avaliação e concretização de sanções contra a Rússia. Também foi feita referência à adesão da Suécia e da Finlândia à NATO, a influência global da Rússia, por exemplo em África, Burkina Faso e Mali, a importância de não



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus  
Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas  
Comissão de Defesa Nacional

descurar os desafios securitários no Sul e no Mediterrâneo, tendo sido feita menção à ausência do Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros, Josep Borrell. Destaca-se aqui a intervenção de Oleksandr MERZHKO, representante do *Verkhovna Rada* ucraniano, que alertou para a necessidade de uma definição clara de paz justa para a Ucrânia, a qual deve compreender seis objetivos: a derrota da Rússia, a desocupação territorial, incluindo a Crimeia, a adesão da Ucrânia à NATO, a responsabilização, a definição de compensações de guerra e a adesão da Ucrânia à UE.

O Senhor Deputado António Sales (GP PS) realçou a importância de aprofundar, no momento atual, o debate sobre questões estruturais da política externa, de segurança e de defesa da UE para o futuro das democracias. Recordando um ano após a Rússia ter iniciado a sua invasão total da Ucrânia, oito anos após a anexação ilegal da Crimeia e Sevastopol e a invasão de Donbass, saudou a capacidade de resistência sustentada da Ucrânia e do seu povo, sublinhando que é uma luta de defesa da ordem internacional, da UE, da liberdade, da democracia, dos direitos humanos e do Estado de direito, valores sobre os quais o projeto europeu está construído. Referindo que a Bússola Estratégica da UE, fortemente promovida durante a presidência portuguesa do Conselho da UE, estabelece a necessidade de reforçar as parcerias com os EUA, Canadá, Noruega e outros parceiros, questionou sobre que áreas e desafios podem ser identificados como prioritários para o reforço de parcerias estratégicas com os nossos parceiros internacionais, nas dimensões multilaterais ou bilaterais.

Em resposta às perguntas apresentadas, **Johan Forsell**, reiterou a necessidade de manter o apoio à Ucrânia, a importância de reconstrução do país, nomeadamente através do envolvimento de parceiros privados internacionais, visando a criação de emprego e o crescimento económico, bem como a responsabilização pelos crimes de guerra, com a criação de um tribunal internacional especial e a eventual utilização de bens congelados russos para a reconstrução do país; **Andrii Plakhotnuik** deu nota do apoio prestado às vítimas, tais como mulheres e crianças, por várias organizações e fundações de Estados-Membros, nomeadamente a Suécia, apontou a necessidade de recursos no âmbito das investigações de crimes em curso, da relevância em clarificar a posição da China sobre o plano de paz e realçou a necessidade imediata de armas,



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus  
Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas  
Comissão de Defesa Nacional

designadamente a nível de aviação, munição de logo alcance, defesa aérea, tanques, e a formação de soldados, destacando ainda a criação de um tribunal internacional especial, o regresso de empresas internacionais para a recuperação económica da Ucrânia, assim como o processo de adesão à UE. **Carolina Vendil Pallin** referiu os constrangimentos do processo de negociação de paz, designadamente a dificuldade em transmitir uma mensagem para o povo russo, e salientou a importância de confiar no sistema político e económico europeu, baseado na união e nos valores europeus, um modelo capaz de criar prosperidade, crescimento económico e inovação. Advertiu, no entanto, para não subestimar a capacidade de a Rússia continuar persistente e tenazmente, apostando na impaciência do Ocidente e nos efeitos da guerra.

#### **Reunião dos Chefes de delegação dos Paramentos do Sul – Grupo MED**

**George Karoullas**, chefe da delegação cipriota, referindo-se às questões de segurança no Mediterrâneo, nomeadamente a continuação do fluxo de migrantes, a migração irregular, a ocupação do território cipriota, as relações com a Turquia, a cooperação energética com a ligação entre Chipre - Grécia - Israel, reiterou a importância de manter a partilha de informação entre os Estados-Membros de forma a melhorar a resposta comum.

Durante o período de discussão, foram abordadas questões como a guerra da Rússia contra a Ucrânia, as consequências económicas e sociais na Europa e a instabilidade que provoca na área mediterrânica e a divisão entre países do Norte e do Sul. Alguns oradores mencionaram a importância de reiterar a proposta feita sobre a adoção obrigatória de conclusões e a relevância da presença do Alto Representante da UE para os Negócios Estrangeiros na conferência. Outros oradores manifestaram preocupação com a instabilidade causada na área do Mediterrâneo pela atividade sísmica, recordando os devastadores terremotos na Turquia e na Síria, assim como o perigo nuclear resultante da construção de uma central nuclear russa na Turquia. Foi ainda sugerida que a Croácia seja convidada a participar nestas reuniões.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus  
Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas  
Comissão de Defesa Nacional

O Deputado António Sales (GP PS) recordando o desafio migratório enfrentado pela Europa nos últimos anos, afirmou que as situações recentemente vividas na costa da Calabria não se podem repetir e ignorar, defendendo a importância de alcançar um compromisso sério de trabalhar em conjunto para reagir e enfrentar este desafio das rotas migratórias. Referindo-se à necessidade, demonstrada pelo afluxo de migrantes e requerentes de asilo à Europa, de políticas europeias de asilo e migração mais justas e eficazes, reiterou o compromisso de Portugal nesta questão, lembrando que em muitos países, os civis enfrentam ameaças devido a conflitos armados, violações dos direitos humanos e a perseguição. Em seguida, destacou, a proposta da Comissão de um Novo Pacto em matéria de Migração e Asilo, que estabelece procedimentos mais rápidos em todos os sistemas de asilo e migração da UE, incluindo uma revisão do regulamento de Dublin e novas opções sobre como os Estados-Membros podem expressar a sua solidariedade neste tema. Além disso, referiu a nova agenda para o Mediterrâneo e as conclusões do Conselho sobre a mesma, com uma proposta de parceria renovada com a vizinhança meridional com base num plano económico e de investimento que contribuirá para estimular a recuperação socioeconómica a longo prazo e a promover o desenvolvimento sustentável, unindo esforços para combater as alterações climáticas, num compromisso renovado para com o Estado de direito, os Direitos Humanos fundamentais, a igualdade, a democracia e a boa governação numa resposta conjunta aos desafios colocados pela deslocação forçada e pela migração irregular, aproveitando os benefícios da migração legal de forma eficiente e eficaz num compromisso renovado de solidariedade e partilha entre os Estados-Membros. Afirmou, portanto, um compromisso de cooperação económica setorial, de segurança e desenvolvimento a longo prazo, e da capacidade de mobilização do setor privado com partilha de responsabilidades entre os Estados, salientando a determinação do Conselho em renovar e reforçar a parceria da UE com a vizinhança meridional tendo em vista enfrentar desafios comuns e tirar partido das oportunidades partilhadas através de uma cooperação reforçada acelerando o trabalho sobre a nova agenda para o Mediterrâneo.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus  
Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas  
Comissão de Defesa Nacional

O Deputado Miguel dos Santos Rodrigues (GP PS) recordando o entendimento favorável da delegação portuguesa na anterior reunião do grupo MED, e reconhecendo a posição manifestada pela Presidência sueca sobre a questão, reiterou a posição de que as conclusões podem e devem ser adotadas. Referindo-se à alteração de enfoque da Conferência, ao longo do tempo, salientou a importância da plena cooperação dos parlamentares em toda a UE, designadamente para a aprovação de pacotes de ajuda à Ucrânia, acordos de mobilidade e o alargamento da UE. Assim, sublinhou a relevância da obrigatoriedade da adoção de conclusões sobre estes assuntos, defendendo que, caso não seja possível nesta Presidência, não se deve renunciar a este objetivo no futuro, seja através de uma mudança de regras ou da inclusão deste objetivo nas prioridades das próximas presidências, uma vez que se trata de uma questão de precedente e permitirá dar novos passos em direção à defesa comum, alargando não só o compromisso geral de defender a União, mas levando o papel dos Parlamentos nacionais tão seriamente quanto possível.

**George Karoullas**, chefe da delegação cipriota, em resposta, sugeriu propor a realização de uma reunião com a Presidência sueca no sentido de abordar novamente a questão da proposta sobre as conclusões, tendo a representante da delegação espanhola, Ana Maria Botella, apresentado uma solução de compromisso referindo que na próxima Presidência espanhola do Conselho da UE, para além das questões do Mediterrâneo serem incluídas na agenda de trabalho, irão promover a reunião dos Chefes de delegação dos Parlamentos do Sul antes da Conferência interparlamentar sobre a PESC/PCSD, onde pretendem adotar conclusões.

#### **Sessão II: A Bússola estratégica da UE para a Segurança e defesa – Desafios e Oportunidades**

**Gustav Lindström**, Diretor do Instituto para Estudos de Segurança da União Europeia (EUISS), moderador da sessão, recordou a importância da Bússola Estratégica como documento estratégico para a segurança e defesa da UE até 2030, e, referindo o ponto de viragem que nos encontramos devido à guerra na Ucrânia, realçou a necessidade de olhar atentamente para seus 81 objetivos concretos.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus  
Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas  
Comissão de Defesa Nacional

**Pål Jonson**, Ministro da Defesa da Suécia, referiu que uma das prioridades da Presidência sueca do Conselho da UE é manter o apoio humanitário, político, económico e militar à Ucrânia, bem como assegurar a implementação da Bússola Estratégica, com vista a garantir o papel geopolítico da UE no mundo. Referindo-se às oportunidades da Bússola Estratégica, apontou os seus quatro pilares: *i)* Agir, referindo a capacidade de projeção rápida, as missões e operações civis e militares, com destaque para a Missão de Assistência da UE à Ucrânia (EUMAM – Ucrânia); *ii)* Garantir a segurança, apontando a capacidade de análise de informações, o desenvolvimento de uma estratégia espacial da UE, a revisão da estratégia europeia de segurança marítima e a resiliência da UE a ameaças híbridas; *iii)* Investir, através do reforço da base tecnológica e industrial de defesa europeia; e *iv)* Parcerias, salientando a cooperação com países como os E.U.A, Canadá, Noruega, Reino Unido, Turquia, e organizações internacionais, com destaque para a relação da UE e a NATO. Realçou, por fim, no que diz respeito aos desafios, a necessidade de implementar a Bússola Estratégica.

**Arnaud Danjean**, anterior Presidente da subcomissão de Segurança e Defesa do Parlamento Europeu, em substituição de Nathalie Loiseau, salientou que a Bússola Estratégica é um documento que vai além de uma mera descrição e avaliação, prevendo medidas concretas, as quais, com o contributo dos 27 Estados-Membros, asseguram todas as preocupações. Salientou, no entanto, que a realidade superou o texto, observando que a guerra na Ucrânia alterou as prioridades, e sublinhando que a perspetiva europeia, baseada na unidade, determinação e flexibilidade, tornou possível dar resposta ao desafio, nomeadamente através do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz, a missão de assistência da UE à Ucrânia (EUMAM – Ucrânia), bem como com a utilização de novos instrumentos, tais como a aquisição conjunta de equipamento militar. Alertou, de seguida, para três questões essenciais: uma bússola só se torna útil se puder ser utilizada pelo que a vontade política para a sua implementação é essencial; estes instrumentos não devem tornar-se demasiado irrealistas e ambiciosos; quanto às parcerias, designadamente a relação transatlântica, salientou a importância da autonomia estratégica europeia. Por fim, saudou a presença de representantes do Reino Unido, felicitando pelo acordo político alcançado relativo à implementação do Protocolo



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus  
Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas  
Comissão de Defesa Nacional

sobre a Irlanda do Norte e relembrou a participação da Dinamarca no quadro da PCSD, bem como a adesão da Suécia e da Finlândia à NATO.

**Ewa Skoog Haslum**, Vice-Almirante e Chefe da Marinha Real sueca, começou por referir que a sociedade moderna depende dos fluxos de energia e de comunicação entre países, sublinhando a importância de proteger as infraestruturas marítimas e subaquáticas, tais como cabos e condutas, plataformas petrolíferas e de gás, centrais eólicas e a liberdade de circulação. Em seguida, salientou quatro pontos essenciais da Bússola Estratégica, de uma perspetiva marítima: *i)* a capacidade de projeção rápida, com destaque para a transição por terra e por mar; *ii)* a mobilidade militar, para operações civis e militares, salientando a estreita colaboração entre a UE e a NATO; *iii)* a segurança marítima e a proteção do transporte marítimo, tendo em vista assegurar as cadeias de abastecimento, a liberdade de navegação e a proteção de infraestruturas subaquáticas críticas; *iv)* as parcerias, com operações regulares em colaboração com a NATO, com vista a desenvolver, adquirir, treinar e trabalhar em conjunto, a fim de serem eficientes, dissuadir e defender quando necessário. Concluiu dizendo que num contexto complexo como o atual, devemos encontrar formas de trabalhar em conjunto para manter o domínio marítimo livre e seguro para todas as nações.

Seguiu-se o período de debate, onde foram abordadas questões como a partilha de informação entre as autoridades nacionais e Bruxelas, a autonomia estratégica da UE, com uma base industrial e tecnológica para a sua defesa, as parcerias com entidades privadas, a necessidade de proceder a uma avaliação da Bússola Estratégica um ano após a sua aprovação, as vantagens de iniciativas como a mobilidade militar, tendo sido referida a redução do financiamento da Cooperação Estruturada Permanente, a relevância de trabalhar de forma conjunta em áreas como a indústria militar, a contratação conjunta, a proteção de infraestruturas críticas, e o sucesso do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz na resposta imediata a crises. Além disso, foram abordados temas como a situação no Irão e a violação de direitos humanos, a questão da energia nuclear, a necessidade de tornar o processo decisório da UE mais rápido de forma a responder a ameaças, a importância da relação transatlântica, com menção da adesão da Suécia e da Finlândia à NATO, a importância de reforçar o combate à desinformação, às ameaças híbridas e às ingerências externas, e de assegurar a estabilidade e



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus  
Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas  
Comissão de Defesa Nacional

segurança nos países da vizinhança europeia. Foi ainda referida a ocupação ilegal de território na Geórgia, assim como os pedidos de adesão da Ucrânia, Geórgia e Moldávia à UE, a necessidade de apoiar a Ucrânia e a Moldávia, a ameaça da Turquia sobre Chipre, assim como a importância de abordar questões noutras regiões como o Sahel e o Afeganistão.

O Deputado Jorge Paulo Oliveira (GP PSD) interveio para afirmar que a aprovação da Bússola Estratégica, documento central da Política Externa e de Segurança Comum, representou um passo importante no reforço da posição europeia em termos de defesa, questionando sobre a necessidade de proceder à sua revisão adicional, uma vez que foi aprovado no início do cenário de guerra na Europa, com a invasão da Ucrânia pela Rússia. Realçou ainda que o problema da segurança europeia não é apenas um problema de capacitação militar e que o reforço do investimento para aumentar estas capacidades não é facilmente passível de ser explicado à opinião pública. Questionou, por fim, sobre os incentivos adicionais que os Estados-Membros podem esperar da UE para participar em investimentos coletivos para reforçar as suas capacidades militares.

O Deputado Francisco César (GP PS) referiu que a Bússola Estratégica é uma ferramenta valiosa para aumentar a eficácia da Política Comum de Segurança e Defesa, afirmando que enfrentar estes desafios implica investir fortemente numa abordagem de segurança e defesa mais integrada e de cooperação, requer mais investimento e tecnologias avançadas, exige o reforço das nossas capacidades de cibersegurança, e a necessidade de reforçar as parcerias multilaterais e bilaterais, particularmente com a NATO. Durante os trabalhos preparatórios da Bússola Estratégica, recordou que Portugal defendeu que a UE deveria promover a extensão das Presenças Marítimas Coordenadas e promover a atualização da Estratégia de Segurança Marítima da UE, bem como o reforço das suas capacidades de vigilância e de partilha de informação. Concluiu, questionando sobre a relevância de aprofundar a cooperação entre a UE e os países do continente africano, com crescente presença de mercenários russos, também na área da segurança marítima, e que desafios e oportunidades podem surgir desta cooperação.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
Comissão de Assuntos Europeus  
Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas  
Comissão de Defesa Nacional

Em resposta às questões colocadas, **Ewa Skoog Haslum**, realçou a importância de uma resposta comum às ameaças cibernéticas e híbridas, salientando ainda as parcerias privadas e a capacidade de resposta antes e durante a guerra, referindo a aposta na aquisição conjunta de equipamento militar e de formação de pessoal qualificado, **Arnaud Danjean** sublinhou a relevância de aproveitar as vantagens da Bússola Estratégica, sendo a sua implementação essencial, referindo ainda a utilidade de recorrer às medidas previstas no Tratado de Lisboa no âmbito da PESC-PCSD e a importância de uma autonomia estratégica europeia para fazer face a alguns desafios, sem dependência externa, e **Pål Jonson** realçou a importância da implementação de medidas concretas que visem o reforço da segurança europeia, o papel da NATO na defesa coletiva, assim como da autonomia estratégica europeia e da indústria de defesa europeia, referindo, por fim, a importância de manter o apoio à Ucrânia, e de a UE lidar com os desafios existentes noutras regiões, tais como Burkina Faso, Mali, Líbia e Síria.

### Sessão III: O Ártico

**David McAllister**, Presidente da Comissão de Assuntos Externos do Parlamento Europeu, enquanto moderador da sessão, saudou a inclusão do tema do Ártico na agenda, realçando a importância geoestratégica da região, devendo a UE estar mais envolvida e o assunto constar da agenda europeia.

**Ann Linde**, antiga Ministra dos Negócios Estrangeiros da Suécia, destacou a importância da zona estratégica para a política de segurança global, dada a sua localização estratégica, os seus recursos naturais e o potencial para novas rotas marítimas, referindo que as mudanças dinâmicas no Ártico representam desafios securitários significativos, designadamente com o aumento da atividade militar russa na região e exercícios e atividades por parte de países como os E.U.A e a China. Em seguida, apontou o interesse nos recursos naturais da região, com destaque para a reserva de gás inexplorado, o fundo marinho rico em recursos naturais, incluindo minerais, referindo preocupações com as alterações climáticas, com o degelo do *permafrost* que está a danificar infraestruturas e a libertar gases com efeito de estufa. Referindo-se à necessidade de reforçar a cooperação entre os países árticos, destacou o papel desempenhado pelo Conselho do Ártico e a declaração de Reikiavique, assim como a relevância de criar um quadro jurídico abrangente para a região, que inclua a



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
Comissão de Assuntos Europeus  
Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas  
Comissão de Defesa Nacional

resolução de disputas territoriais e regras sobre a navegação e o desenvolvimento de recursos. Concluiu dizendo que a situação da política de segurança no Ártico é complexa, está a evoluir rapidamente à medida que a região se torna mais acessível e a procura global de recursos e de rotas marítimas cresce, sendo essencial enfrentar os desafios de segurança e promover uma maior cooperação entre os países do Ártico, uma vez que a estabilidade e a segurança a longo prazo da região dependem de uma governação eficaz, da proteção ambiental e da cooperação pacífica.

**Clara Ganslandt**, Enviada especial para o Ártico do Serviço Europeu de Ação Externa, começou por referir que apesar de a comunicação conjunta sobre «Uma política integrada da União Europeia para o Ártico» não incluir temáticas da PESC/PCSD, a zona do Ártico já não é imune aos desenvolvimentos que ocorrem noutras regiões do mundo, nomeadamente a invasão russa da Ucrânia, o que tem dificultado a cooperação entre os interlocutores no Ártico. Referindo-se a questões como as alterações climáticas, biodiversidade, ciência, investigação e recursos naturais, frisou os desafios colocados no que diz respeito à preservação da cultura dos povos indígenas, poluição atmosférica, turismo, defesa e segurança, sublinhando a estreita relação entre o clima ártico e o crescimento económico, assim como os seus recursos naturais para os mercados energéticos globais. Apontando o interesse de novos intervenientes na região, defendeu que a política europeia sobre o Ártico deve ser reforçada com três objetivos: *i)* manter a segurança e estabilidade da região, com ênfase na cooperação regional e o desenvolvimento de uma visão estratégica; *ii)* enfrentar os desafios decorrentes das alterações climáticas, com destaque para o papel da ciência e da inovação; *iii)* apoiar o desenvolvimento inclusivo e sustentável das regiões do Ártico, em benefício dos seus habitantes e das gerações futuras.

**Tormod Heier**, Professor de Operações e Estratégia Militar, abordou a perspetiva estratégica militar relativa a uma zona específica do Ártico – a Península de Kola – que é fortemente influenciada pela força nuclear russa, com linhas de trajetória de mísseis balísticos em direção ao seu principal rival – os E.U.A. Realçou, assim, que a fim de manter a estabilidade da região, evitando o aumento de tensões, os E.U.A, a NATO e a Noruega têm tradicionalmente adotado uma estratégia dupla, baseada, por um lado, na dissuasão da Rússia e, por outro lado, na sua tranquilização. Concluiu afirmando que



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
Comissão de Assuntos Europeus  
Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas  
Comissão de Defesa Nacional

um ano após a invasão russa da Ucrânia, a principal prioridade na região tem sido evitar um perigoso alastramento do conflito da Europa Central para o Ártico.

Seguiu-se o período de debate, onde foram abordados temas como o impacto das alterações climáticas no Ártico a nível global, o perigo que representa para os ecossistemas, o acesso e o uso de recursos naturais, devendo ser reforçada a cooperação para a região. Foi referido o posicionamento da Rússia e da China à região, tendo sido mencionado o compromisso que a comunicação conjunta da Comissão visa alcançar e a importância de salvaguardar a liberdade de navegação na zona, assim como de dar resposta aos desafios securitários no Ártico, tendo sido sugerida a criação de uma política nórdica, à semelhança do que existe para a vizinhança sul, bem como a eventual criação de uma política comum sobre o Direitos dos Povos Indígenas.

Em resposta às questões colocadas e aos comentários tecidos, **Ann Linde** destacou o posicionamento da China ao Ártico, referindo a adesão da Suécia e da Finlândia à NATO e o reforço do seu papel no Conselho do Ártico, do qual a Islândia e a Noruega são membros e cujas reuniões contam com a participação de representantes de países como a Índia, refletindo o impacto global que região tem no mundo, **Clara Ganslandt**, referindo-se às consequências do degelo do Ártico sobre as alterações climáticas, realçou a importância da colaboração com os povos indígenas, preservando as questões culturais com recurso a parcerias transversais, sublinhando ainda a importância do investimento na ciência e da investigação no domínio do desenvolvimento sustentável e da biodiversidade, e **Tormod Heier** referiu os investimentos avultados da China em diversas partes do mundo, realçando a importância de assegurar a liberdade de navegação no Ártico, o que permite garantir a estabilidade e segurança na zona, destacando, por fim, a estratégia firme e continuada da Noruega na região.

**Sessão IV: Prioridades da Política Externa e de Segurança Comum/Política Comum de Segurança e Defesa**

**Kenneth G Forslund**, Primeira Vice-Presidente do Parlamento sueco e membro da Comissão de Defesa, moderadora da sessão, informou que o Alto Representante para



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus  
Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas  
Comissão de Defesa Nacional

a Política Externa da UE, Josep Borrell, não pôde estar presente na conferência, por motivos de agenda, nomeadamente por se encontrar na reunião do G20, na Índia.

**Stefano Sannino**, Secretário-Geral do Serviço Europeu de Ação Externa, que participou por via virtual, centrou a sua intervenção em três questões principais: a guerra na Ucrânia, a China e o Sul Global. Sobre o primeiro tema destacou a resposta europeia à invasão russa da Ucrânia, o apoio militar, a aquisição conjunta de munições, o reforço da indústria militar europeia e o programa de formação militar de soldados ucranianos através do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz; a imposição de sanções, dando nota da recente nomeação do Enviado Especial para a Implementação de Sanções da UE e frisando a importância da responsabilização e o congelamento de bens russos, assim como o papel dos Parlamentos nacionais na sensibilização dos cidadãos para estas questões; o apoio da comunidade internacional à Ucrânia, com destaque para a aprovação da resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas condenando a «agressão» cometida pela Rússia contra a Ucrânia. Relativamente ao segundo tópico, referindo-se à Estratégia UE - China, sublinhou os progressos alcançados em áreas como o comércio, o reforço das relações com outros países da Ásia, tais como o Japão, a Austrália, Nova Zelândia, Coreia do Sul e mais recentemente a Índia. Apontou, no entanto, dificuldades na cooperação em matérias como as alterações climáticas, referiu a deterioração das relações entre a China e os E.U.A., e realçou a importância de a UE reduzir a sua dependência externa de materiais críticos, aumentando a sua competitividade, com destaque para a iniciativa *Global Gateway* e as políticas europeias sobre outras regiões do mundo, como África, América Latina, Médio Oriente e Ártico, bem como no setor multilateral. Finalmente, em relação ao Sul Global, salientou a legítima expectativa dos países de diferentes continentes de uma representação mais igualitária no sistema global, referindo a necessidade de desenvolver uma forma de trabalhar em conjunto, através da *Global Gateway* e de pequenas alianças, dando como exemplo a reunião ministerial que terá lugar com países da região do Indo-Pacífico.

Seguiu-se o período de debate, onde foram abordados temas como as consequências da guerra na Ucrânia para a arquitetura securitária da UE, a necessidade de encontrar uma solução para a paz, a responsabilização dos crimes de guerra e a criação de um tribunal penal especial, a questão da influência russa em diversas regiões da Europa e



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus  
Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas  
Comissão de Defesa Nacional

do mundo, as relações da Turquia com o Chipre e a Grécia, a revisão do processo decisório da UE, a inclusão dos desafios energéticos na Política de Segurança, a adesão da Suécia e da Finlândia à NATO e o reforço das relações da UE e o Reino Unido em matéria de segurança e defesa. Foi destacado o sucesso dos projetos da Cooperação Estruturada Permanente, nomeadamente a mobilidade militar, salientada a complementaridade entre a PESC/PCSD e a NATO, a importância das relações da UE - África e com a região do Indo-Pacífico, tendo sido questionado o recurso ao regime global de sanções da UE em matéria de Direitos Humanos relativamente à Rússia e à Bielorrússia, e foi manifestada preocupação com a crise económica, financeira e alimentar que os países do Norte de África estão a enfrentar, bem como com a situação na Tunísia.

O Senhor Deputado Ricardo Sousa (GP PSD) referindo-se ao atual cenário de guerra prolongada enfrentado pela Europa, e à escalada do conflito nas últimas semanas, salientou o grande desafio à Política de Defesa e Segurança Comum da UE. Relembrando os desafios que a agressão russa à Ucrânia representa para toda a região, nomeadamente a Moldávia e a Geórgia, cuja estabilidade e processos democráticos se encontram seriamente ameaçados, sublinhou a importância da determinação e unidade que a agressão russa falhará, tal como qualquer tentativa de destruir a democracia pelas armas. Realçou a necessidade de reunir os países no quadro da política de alargamento, afirmando a importância de a UE enviar uma forte mensagem política de empenhamento no restabelecimento da paz no continente europeu, reconhecendo a política de alargamento como um instrumento importante para a paz e defesa da UE.

O Senhor Deputado Miguel Iglésias (GP PS) referindo-se às incertezas enfrentadas pela UE e todos os países desde o início da invasão ilegal da Ucrânia, defendeu que a importância de continuar com o forte apoio militar e financeiro, assim como uma firme ação diplomática nas plataformas multilaterais. Frisou que as prioridades geoestratégicas da Europa devem ser claras: reconstruir relações com os países vizinhos e avançar com o alargamento da União Europeia; em segundo lugar, reconstruir o estatuto da Europa como superpotência comercial, a fim de projetar os interesses europeus através do mundo, e recuperar do avanço da China e dos E.U.A de políticas comerciais internacionais agressivas; terceiro, reconstruir uma Europa de



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus  
Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas  
Comissão de Defesa Nacional

defesa forte, com capacidades de planeamento e estratégia, e capacidade de resposta imediata, reforçando a indústria de defesa dos Estados-Membros, com um forte investimento e um elevado retorno, em termos de defesa e segurança, mas também em termos económicos. Destacou ainda as relações multilaterais, em diferentes geografias, recordando a vocação atlântica de Portugal, com uma ligação especial a África e à comunidade dos países de língua portuguesa, em particular o Brasil, sublinhando que se manterá como prioridade nacional e a ponte que esta pode constituir para a UE.

Stefano Sannino respondeu, de forma intercalada, às questões colocadas, realçando o papel liderante que a UE tem desempenhado em matéria de segurança, no setor marítimo, espacial, no combate à desinformação, na gestão de crises e na defesa de um sistema baseado em regras. Reiterando a importância de manter o apoio à Ucrânia, referiu que a abertura de negociações sobre a adesão da Ucrânia e da Geórgia pode ser uma ferramenta política em matéria de segurança, sem prejuízo de cumprir os critérios técnicos exigíveis. Defendeu a relevância da estabilidade na região do Mediterrâneo, apoiando os países do Norte de África na sua recuperação económica e alimentar. Recordou a complexidade do funcionamento do processo decisório da UE, designadamente no sistema de aplicação de sanções, e salientou o papel desempenhado pelos Parlamentos nacionais no esclarecimento dos cidadãos sobre a importância do investimento na PESC/PCSD para responder aos desafios, destacando a aposta na segurança das infraestruturas críticas, designadamente cibernéticas, a importância do multilateralismo, do sistema baseado em regras e saudou o acordo de Windsor alcançado com o Reino Unido. Referindo o apoio da UE à adesão da Suécia e da Finlândia à NATO, concordou com a complementaridade da ação da NATO, em matéria de segurança militar, e a ação da UE em matérias não abrangidas.

#### **Sessão de encerramento**

**David McAllister**, Presidente da Comissão de Assuntos Externos do Parlamento Europeu, agradeceu a participação de todos quantos organizaram os trabalhos, informando sobre a realização da próxima Conferência sobre a PESC/PCSD, nos dias 3 a 5 de setembro, em Madrid e **Kenneth G Forslund**, Primeiro Vice-Presidente do



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
Comissão de Assuntos Europeus  
Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas  
Comissão de Defesa Nacional

Parlamento sueco e membro da Comissão de Defesa, resumiu as principais questões abordadas na conferência, agradeceu o debate e a troca de experiências.

Assembleia da República, 3 de abril de 2023.

O Chefe da Delegação,

*António do Cerdeira Sales*

(Deputado António Sales)

